



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons 4.0. Com essa licença você pode compartilhar e/ou adaptar o material para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indique se foram feitas alterações.

ARTIGO

A Clínica Esquizoanalítica como Prática Política: Patriarcado, Gênero e Cartografias do Cuidado

Ilana Côrtes dos Santos:

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3030-1595>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.23607803>

Resumo:

Este artigo propõe uma reflexão sobre a clínica psicológica a partir da perspectiva esquizoanalítica, tomando como eixo analítico o patriarcado enquanto máquina de produção subjetiva e de violência de gênero. Sustentamos que a clínica não pode ser concebida como prática neutra, técnica ou descolada do campo social, mas, ao contrário, encontra-se atravessada por relações de poder que configuram modos de subjetivação e de captura de vida. Nesse sentido, problematizamos como o atendimento clínico dirigido a mulheres em situação de violência doméstica exige um posicionamento ético-político que ultrapasse a dimensão individualizante e reconheça a inseparabilidade entre sofrimento psíquico e contextos históricos, sociais e decoloniais. A discussão se fundamenta no diálogo entre a filosofia da diferença, feminismos decoloniais e interseccionais, assim como em produções críticas da psicologia política. Pretende-se, com isso, evidenciar a clínica como espaço de resistência, criação e cuidado capaz de tensionar as formas instituídas de opressão e abrir brechas para práticas de subjetivação mais livres e potentes.

Palavras-chave: Esquizoanálise; Clínica Política; Cartografia; Violência de Gênero; Decolonialidade.

The Schizoanalytic Clinic as Political Practice: Patriarchy, Gender, and Cartographies of Care

Abstract:

This paper reflects on psychological clinic from the schizoanalytic perspective, taking patriarchy as an analytical axis, understood as a machine of subjective production and gender violence. We argue that the clinic cannot be conceived as a neutral, technical practice detached from the social field, but rather, it is traversed by power relations that shape modes of subjectivation and capture of life. In this sense, we problematize how clinical care directed at women in situations of domestic violence requires an ethical-political stance that goes beyond the individualizing dimension and recognizes the inseparability between psychic suffering and historical, social, and decolonial contexts. The discussion is based on the dialogue between the philosophy of difference, decolonial and intersectional feminisms, as well as critical productions of political psychology. The aim is to highlight the clinic as a space of resistance, creation, and care, capable of challenging instituted forms of oppression and opening gaps for freer and more potent practices of subjectivation.

Keywords: Schizoanalysis; Political clinic; Cartography; Gender Violence; Decoloniality.

Introdução

*Todas as mulheres
são pássaros
que o patriarcado
tenta aparar as asas;
em cada grito sufocado,
na vigilância às
minissaias,
ou na proteção
concedida
ao brother canalha.
Assim mesmo,
muitas e muitas
asas aparadas
levantam voo.*

(Puã, 2019)

A prática clínica psicológica, comumente idealizada como um espaço neutro e universal, está atravessada por histórias, memórias e aspectos socioculturais que silenciam diferenças e reiteram normas e padrões. A suposta neutralidade, muitas vezes tomada como confirmação e garantia de objetividade, escamoteia as forças sociais que afetam os indivíduos, apagando operadores importantes como gênero, raça, classe, entre outros (Gondar, 2004; Santos, 2023). Em outras palavras, deixa-se de considerar

esses aspectos que possuem um papel ativo e fundamental na criação e na transformação da realidade. Assim, esconde-se sob o manto da imparcialidade o risco de perpetuar desigualdades estruturais e reforçar práticas que, em vez de emancipadoras, funcionam como extensões de sistemas de opressão e das violências sociais que os acompanham.

Quando o encontro clínico se dá com mulheres vítimas de violência doméstica, essa falsa neutralidade revela suas fissuras. O cuidado não se resume a elaborar sintomas individuais e seguir protocolos. O sofrimento carrega em si as marcas concretas das relações de poder: o machismo que oprime, o racismo que estrutura, a desigualdade econômica que limita, ou a negligência imposta pela insuficiência de políticas públicas. A clínica, nesse horizonte, não pode se restringir a uma escuta que individualiza a dor e a torna uma questão interna, mas precisa reconhecer o tecido histórico e cultural que a sustenta e, tantas vezes, a fabrica.

É nesse sentido que a esquizoanálise nos aparece como possibilidade fértil, ao deslocar o olhar da interioridade isolada e psicologizada para os dispositivos de poder que moldam os desejos, as relações e os modos de subjetivação (Hur, 2018; Hur, 2022). Em vez de buscar normatizar a vida a um padrão prévio, propõe-se uma clínica que desmonte engrenagens de controle, interroque os fluxos de desejo e abra espaço para a criação de novas formas de existir. Uma clínica, portanto, que assuma a sua dimensão política: não neutra, mas implicada; não universal, mas situada; não reprodutora, mas inventiva.

Seguindo essa linha de pensamento, tomamos como eixo de problematização o patriarcado enquanto sistema que estrutura relações de poder entre os gêneros e legitima práticas de violência simbólica e física contra as mulheres, operando dominação, opressão e submissão (Lerner, 2019). Para trilhar esse percurso, optamos pela cartografia como método, entendida não como um procedimento de classificação ou diagnóstico, mas como uma prática que acompanha processos em movimento, rastreando suas linhas de força, tensões e transformações (Deleuze e Guattari, 2011a; Passos, Kastrup e Escóssia, 2009; Passos, Kastrup e Tedesco, 2014; Hur, 2021).

Ao invés de reduzir a experiência subjetiva a categorias fixas, a cartografia permite apreender sua complexidade, acolhendo a multiplicidade de afetos, discursos e práticas que a constituem; tal como na poesia de Puã que abre esse artigo, concentrando em imagens aquilo que aqui nos esforçamos para trazer em conceitos. O patriarcado como o sistema de opressão que corta as asas; a clínica podendo ser lugar de silenciamento e naturalização dessa opressão, ou espaço de resistência e criação de outras possibilidades de voo.

Em decorrência disso, a construção deste trabalho se organiza como um percurso cartográfico, entendido não como a aplicação de modelos prévios ou categorias fixas, mas como um movimento que se faz no próprio caminhar. O método acompanha as forças e tensões que atravessam o problema, permitindo que as análises se constituam em meio às práticas, experiências e encontros que emergem. Não pretendemos representar o patriarcado ou as relações de gênero de forma neutra ou objetiva. Buscamos caminhar junto com os territórios investigados, compondo com os afetos, os silêncios e as resistências que neles se expressam. O conhecimento não é tomado como algo exterior e separado do que se pesquisa; ao contrário, é produzido na relação viva com o campo, no atrito entre os corpos, discursos e práticas.

Não estamos, portanto, em busca de verdades universais. Procuramos seguir pistas, traçar linhas, perceber deslocamentos e fissuras por onde se insinuam resistências ao patriarcado. É uma escrita que prefere o contato e pretere a captura, que se deixa afetar pelos modos de viver e lutar, e que entende as análises como composições abertas. Assim, nosso objetivo é percorrer frestas que revelam, ao mesmo tempo, as permanências do patriarcado e as potências de gênero que escapam, reinventam e proliferam novos modos de existência.

Patriarcado como máquina de poder e produção de subjetividade

O poder patriarcal não se apresenta por mera repressão. A partir das análises de Michel Foucault (2014a, 2021), o percebemos como uma máquina produtiva que fabrica corpos úteis e subjetividades tidas como padrão. Através de dispositivos como escola,

família, gênero, sexualidade, saúde, etc. verdades são produzidas e legitimadas por saberes médicos, psicológicos, jurídicos e pedagógicos, estabelecendo normas. O poder, portanto, atua produzindo a realidade, fabricando formas de existir, não sendo algo que se possui, mas que circula e se exerce nas relações, na rede que envolve indivíduos, instituições e interesses. Observar e mapear esse jogo de forças é fundamental para um olhar crítico da sociedade, das tomadas de decisões e determinações de normas e padrões.

No registro disciplinar¹, exame, vigilância e avaliações de conduta definem as referências da menina comportada, da boa moça ou da mãe responsável, por meios comparáveis como boletins, protocolos de pré-natal, desempenho socioemocional. No plano biopolítico², estatísticas de natalidade, risco reprodutivo e políticas de proteção à família governam populações e definem as vidas que merecem investimento e quais são os comportamentos sanitariamente aceitáveis. No que tange à governamentalidade³, a família age como os tentáculos do Estado, com campanhas, cartilhas e perícias que mobilizam discursos de verdade médico-jurídicos que convocam ao autogoverno.

Como podemos perceber, uma estratégia que, além de proibir, fabrica posições de sujeito, no nosso caso, formas de ser mulher (“mãe dedicada”, “mulher de risco”, “esposa decente”, “menina prendada”, etc), e efeitos de verdade que são validados, reproduzidos e reafirmados socialmente.

Essa perspectiva é corroborada por Mirta González-Suárez (2008; 2013), que considera o poder como um fator essencial para entender as relações sociais e as forças políticas em questão. Segundo a autora, o poder age na capacidade de influenciar

¹ O poder disciplinar é um conjunto de técnicas que atuam sobre os corpos individuais para torná-los úteis, dóceis e previsíveis, por meio da vigilância, normalização e exame. Opera por meio de instituições como escolas, quartéis, hospitais, prisões, etc (Foucault, 2014a).

² O biopoder é uma forma de poder que incide sobre a população em seu conjunto, regulando natalidade, saúde, sexualidade e mortalidade por meio de estatísticas, políticas públicas e dispositivos de controle social. Diferente do poder disciplinar, organiza a gestão da vida em escala coletiva (Foucault, 2014b).

³ A governamentalidade se dá pelo ato de governar que vai além do Estado, orientando a conduta de indivíduos e populações através da combinação entre saberes (econômicos, jurídicos, médicos, psicológicos, etc) e práticas institucionais. Implica a produção de sujeitos capazes de se autogovernar (Foucault, 2021).

peças ou decidir por elas em diversas esferas, da individual à comunitária, passando pela familiar e outras. Esse conceito é importante, pois nos ajuda a pensar que o patriarcado não atua apenas como uma estrutura macro. Ele atravessa nossa vida cotidiana e ajuda a moldar nossa subjetividade nas relações íntimas, sociais e políticas.

O patriarcado é um sistema que valoriza mais os homens e suas ações, sustentando-se por meio de violências explícitas e simbólicas, sexismo e exclusão das mulheres da esfera pública. Dessa forma, o entendemos como uma máquina de poder, posto que organiza a produção da desigualdade e regula corpos, desejos e condutas. Ao ser legitimado, o patriarcado normaliza estereótipos e responsabiliza as próprias mulheres pela violência que sofrem, o que podemos entender como dominação psicológica.

A internalização dos estereótipos de gênero (homens fortes, provedores, racionais e independentes versus mulheres frágeis, emocionais, dóceis e dependentes), a ausência de modelos alternativos, o uso de linguagem patriarcal, a invisibilização das mulheres, o controle dos corpos femininos, meninos educados para a agressividade, meninas educadas para a docilidade, são alguns exemplos de como ocorre o processo de interiorização e legitimação do patriarcado (González-Suárez, 2002).

Aqui destacamos como a afirmação de González-Suárez dialoga com a produção de subjetividade (Deleuze e Guattari, 2010; Guattari e Rolnik, 1996): o sistema não opera apenas na materialidade (divisão de gênero do trabalho, exclusão política, etc), mas também no plano micropolítico⁴, modelando percepções, emoções e identidade.

Todavia, não é apenas na captura que o desejo opera. Diante da rigidez da norma, abrem-se fissuras por onde emergem resistências e novos modos de existir. Assim como apontam Guattari e Rolnik (1996), a subjetividade é campo de disputa micropolítica, onde há sempre possibilidade de invenção, como simbolizam os versos de Angelou abaixo. Abordaremos essa questão mais cuidadosamente adiante.

⁴ Micropolítico refere-se às práticas, relações e estratégias de poder que operam nos níveis do cotidiano, das instituições e dos corpos individuais. Trata-se de ações e conflitos que não dependem de aparatos estatais ou legislativos, que produzem efeitos de poder e subjetividade, influenciando comportamentos, normas e desejo (Deleuze e Guattari, 2010; Deleuze e Guattari, 2011c).

A construção do que é “ser mulher” no patriarcado sob um olhar histórico, econômico e psicossocial

*Meu atrevimento te perturba?
O que é que te entristece?
É que eu ando como se tivesse
poços de petróleo bombeando na
minha sala de estar[...]
Você pode me fuzilar com suas
palavras;
Você pode me cortar com seus
olhos;
Você pode me matar com seu
ódio;
Mas ainda, como o ar, eu vou me
levantar.*

(Angelou, 2020, p. 175)

Como vimos no tópico anterior, a construção do que significa “ser mulher” sob o patriarcado não é apenas uma imposição cultural ou simbólica, mas uma produção de subjetividades que, como discutiremos agora, se dá ao longo de um processo histórico. O poder patriarcal age como dispositivo histórico que regula comportamentos, distribui funções e legitima a submissão. O patriarcado não é apenas uma herança cultural: é uma tecnologia política que forja subjetividades femininas marcadas pela culpa, pela servidão emocional e pela despossessão, atravessadas por relações de dominação e exploração econômica.

Silvia Federici (2023) explora, segundo nossa análise, um deslocamento crítico em relação à perspectiva de Foucault ao introduzir a violência explícita sobre os corpos femininos. A violência contra as mulheres, segundo a autora, não é um desvio do sistema, mas parte de seu funcionamento regular. Ela exemplifica como a caça às bruxas, entre os séculos XV e XVI, foi central à consolidação da ordem patriarcal-capitalística. Além do efeito simbólico e moralizante de medo e obediência instaurado através da perseguição e morte, também foi instrumental para reorganizar o trabalho social e garantir a subordinação econômica das mulheres, incorporando-as às necessidades da economia política emergente.

Define-se o que é aceitável no comportamento feminino, com o apagamento e aniquilação de formas de vida não desejáveis. A perseguição sistemática de mulheres

busca exterminar práticas comunitárias e saberes tradicionais, como a contracepção, a cura popular e as redes de solidariedade feminina. Assim, restam à mulher a docilidade, a disciplina e a submissão, que viabilizam o controle e a exploração do trabalho reprodutivo e doméstico não remunerado, bem como a dependência econômica, base estrutural do capitalismo, logo, do patriarcado.

Essa dimensão econômica é imprescindível para compreender a subjetividade feminina: a construção de um “ser mulher” obediente e submisso não é apenas cultural ou moral, mas materialmente fundamentada na exploração do trabalho reprodutivo e doméstico, nem remunerado, sequer reconhecido, mas que garante a reprodução da força de trabalho masculina e o acúmulo de capital. Dessa forma, o patriarcado atua como máquina de produção de subjetividade, não apenas formando comportamentos e afetos, mas também definindo papéis econômicos e garantindo relações desiguais de poder e riqueza. A sujeição e a internalização das normas patriarcais são, portanto, indissociáveis da exploração econômica: medo, culpa e docilidade são produzidos para manter a divisão de trabalho, a dependência econômica e a reprodução da ordem social.

A partir disso, essa subjetividade feminina dócil e obediente é reafirmada e perpetuada pela produção de saberes e discursos que mantêm as mulheres nesse lugar determinado, sendo desvios fortemente escrutinados e anulados. É importante elucidar como as violências do passado se atualizam nas desigualdades trabalhistas de gênero, controle dos corpos e criminalização de formas de resistência, por exemplo.

No entanto, Gerda Lerner (2019) nos lembra que esse enraizamento histórico da dominação masculina não se limitou às práticas econômicas ou legais, mas também se consolidou em metáforas primordiais que passaram a estruturar a visão de mundo, naturalizando a desigualdade entre os gêneros, como se fosse uma ordem cósmica ou biológica.

Os papéis e o comportamento considerados apropriados aos sexos eram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais. Também, e de forma mais significativa, eram manifestados em metáforas primordiais, as

quais se tornaram parte da construção social e do sistema explicativo (Lerner, 2019, p. 378⁵).

Lerner exemplifica como, desde os primórdios da sociedade, as expectativas em torno da performatividade de cada gênero eram estabelecidas e naturalizadas, sendo internalizadas e reproduzidas como uma verdade fixa e imutável. Metáforas primordiais são imagens simbólicas fundantes que estruturam o pensamento, os sistemas explicativos e os discursos sociais desde as primeiras civilizações. Esses esquemas básicos orientam a visão de mundo. No entanto, elas foram construídas a partir de uma forma hierárquica de gênero, projetando a inferiorização feminina como algo natural e universal.

Na filosofia grega e na tradição ocidental, por exemplo, a mulher é associada à natureza, ao instinto e ao ciclo natural do corpo, sendo o homem ligado à racionalidade e cultura. Ou como no mito de Pandora, onde a mulher é fonte do mal, desgraça e tentação, sendo o homem aquele a impor a ordem e o controle. Ou ainda, no cristianismo, a mulher é ligada ao corpo, tentação e pecado, e o homem à transcendência e ao espírito. Essa metáfora na nossa sociedade, em especial, legitima a vigilância sobre o corpo feminino, o qual contém a origem do pecado e a ameaça à moral. A filosofia confucionista, embora traga a complementaridade de yin e yang, simboliza yin como o feminino, o escuro, a terra, e o yang como o masculino, ativo, luminoso, o céu. Da mesma forma acontece em alguns mitos cosmogônicos banto e iorubá, onde a mulher é associada ao princípio da desordem, da fragilidade, e da sacralização do cuidado e da maternidade (Lerner, 2019).

Tais metáforas, como vimos superficialmente, funcionam como fortes instrumentos de legitimação do patriarcado, estando inscritas em costumes, valores, leis e papéis sociais. A força dessas narrativas está no fato de apresentarem como originárias, eternas e imutáveis construções que, na verdade, são históricas e contingentes. Isso é o que denuncia Lerner ao propor a historicização do patriarcado, fugindo da armadilha de pensá-lo como algo natural.

⁵ O número da página refere-se ao formato em pdf utilizado na presente pesquisa.

Esse ponto é crucial para analisarmos as pistas de Lerner em conjunto com as análises de Valeska Zanello (2018). Se as metáforas primordiais operam como um dispositivo simbólico e explicativo que fundamentam a subordinação feminina, ela mostra como essa lógica se atualiza no presente, através de uma pedagogia ou colonização dos afetos. Assim como Federici evidenciou que o corpo das mulheres foi capturado para servir ao trabalho reprodutivo e à manutenção da ordem econômica, a autora afirma que também os afetos, desejos e modos de sentir são capturados, moldados e regulados pela cultura patriarcal. Zanello aponta, por exemplo, como ocorre na nossa sociedade brasileira contemporânea a divisão do trabalho emocional entre os gêneros, onde “aos homens é interpelado a individualização e a autonomia, ou a independência, já às mulheres, a ligação e o cuidado, ou seja, a interdependência” (2018, p. 31⁶).

O que está em questão, portanto, é um prolongamento das mesmas dinâmicas que Lerner aponta historicamente, Federici analisa em termos históricos e materiais, agora configurados nos modos de subjetivação e na economia psíquica. Essa articulação nos permite cartografar e compreender que a sujeição das mulheres não se limita ao plano econômico nem ao simbólico, mas atravessa corpo, desejos, afetos e subjetividade de maneira integral. O patriarcado se perpetua porque produz tanto a exploração material do trabalho feminino quanto a internalização subjetiva de papéis e afetos que asseguram a sua continuidade. Se Federici mostra como o medo, a violência e a exclusão foram mecanismos centrais na origem do patriarcado capitalista, Lerner nos ajuda a compreender como sua legitimidade se fixou em narrativas fundantes, e Zanello revela como, no presente, esse mesmo sistema opera por meio de um controle sutil e coercitivo das emoções, desejos e afetos. A colonização dos afetos aparece, assim, como continuidade da colonização dos corpos, ambas amparadas por narrativas históricas que somos convidados a desnaturalizar. Nesse sentido, subjetividade, corpo e afeto são territórios atravessados pelo poder, e compreender sua historicidade é fundamental para resistir às formas contemporâneas de exploração e opressão.

⁶ O número da página refere-se ao formato digital Kindle utilizado na presente pesquisa.

Interseccionalidade: opressões que se entrecruzam

A interseccionalidade nos traz um olhar que se recusa a simplificar a vida. O termo foi cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (2020), com o intuito de analisar como diferentes identidades sociais (raça, gênero, classe, entre outras) se entrelaçam e formam maneiras únicas e multifacetadas de discriminação. O conceito ganha densidade no Brasil através de Carla Akotirene (2019), embora as análises de Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2003) já dialogassem fortemente com a lógica que o conceito expressa (Romagnoli e Silva, 2022). Elas enfatizam que não há como pensar gênero sem considerar o racismo e a desigualdade de classe, as quais criam zonas de vulnerabilidade específicas e, ao mesmo tempo, potências de resistência.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 14).

Ao falarmos de mulheres, a tendência é pensar em uma categoria homogênea, como se todas fossem atravessadas pelas mesmas dores e expectativas sociais. Mas a interseccionalidade nos convida a perguntar: quais mulheres? Uma mulher negra periférica, por exemplo, sofre a imposição da feminilidade de forma muito diferente de uma mulher branca de classe média. Enquanto a segunda pode ser capturada pelo ideal de delicadeza, pureza e obediência, a primeira é frequentemente colocada à margem desse mesmo ideal, sendo estigmatizada como muito agressiva ou forte demais. Da mesma forma, uma mulher transgênera vive a estigmatização e o não reconhecimento, diferentemente de uma mulher cis. Aqui vemos como o patriarcado não se expressa de modo idêntico, mas é moldado pelo racismo, pela transfobia e as condições materiais da existência.

Grada Kilomba (2019) nos ajuda a compreender os efeitos subjetivos disso. A autora discute como o racismo estrutura o inconsciente, criando feridas psíquicas que se transmitem coletivamente. Ele deixa de ser uma violência externa, sendo internalizado e passando a fazer parte constituinte do indivíduo. A experiência de ser constantemente objeto de silenciamento, questionamento, ou de ser caracterizada

como exótica, marca o corpo e a fala, produzindo subjetividades atravessadas por violências coloniais. Nesse sentido, não há um único discurso universal que molde a ideia de “ser mulher”, a qual é atravessada por hierarquias de raça, classe, sexualidade e gênero que distribuem lugares desiguais de reconhecimento e de humanidade.

Podemos observar essa dinâmica de forma concreta no nosso cotidiano. No trabalho, mulheres negras são maioria nos empregos precarizados, mulheres trans, muitas vezes, sequer recebem oportunidades de emprego, sendo amplamente excluídas. Por outro lado, mulheres brancas possuem maior acesso a cargos de prestígio. O discurso da “mulher guerreira” muitas vezes romantiza a exploração do trabalho feminino negro, naturalizando a desigualdade. Na saúde, estudos mostram que mulheres negras recebem menos anestesia em partos, são menos ouvidas em consultas médicas e têm sua dor subestimada. Mulheres trans são constantemente desrespeitadas e invalidadas nos espaços de saúde, tendo suas existências questionadas com base em saberes médicos tendenciosos e estigmatizantes. Na mídia, a mulher branca ainda aparece como modelo universal de feminilidade, enquanto mulheres trans, negras, indígenas e periféricas são representadas de forma estigmatizada, reforçando lugares de exclusão. Tentativas de subverter essa realidade ainda são fortemente repelidas pelo senso comum. Como exemplo, relembramos o lançamento do live-action da animação *A Pequena Sereia*, da Walt Disney Pictures, protagonizado por uma atriz negra. O fato foi amplamente polemizado e discutido nas redes sociais, com grande rejeição.

Por isso, ao operar com os discursos trazidos no presente trabalho, a interseccionalidade deixa de ser apenas uma ferramenta conceitual para nos proporcionar uma perspectiva ética. Ela nos impede de reproduzir e reafirmar invisibilizações e nos convida a reconhecer que o patriarcado não age sozinho: ele se alimenta do racismo, do colonialismo, da transfobia, da homofobia e do capitalismo como forma de se sustentar.

É justamente nesse ponto que a interseccionalidade se torna indispensável para reconhecer o patriarcado como máquina de poder e de produção de subjetividades. Se,

como afirma Foucault (2021), o poder não está localizado em um lugar, instituição ou pessoa, mas se dá no fluxo das relações, funcionando como uma rede, então o patriarcado opera como uma engrenagem que atravessa corpos, afetos e práticas, produzindo modos de ser mulher hierarquizados e diferenciados, definindo o que não é ser mulher. Além disso, como nos lembram Deleuze, Guattari (2010) e Rolnik (1996), o desejo é produtivo, ele não é falta, o que significa que o patriarcado não apenas reprime, mas fabrica desejos, expectativas e imagens que moldam a vida em sua micropolítica.

Assim, o que chamamos de produção de subjetividade feminina não pode ser pensado fora da interseccionalidade. Não existe uma mulher universal. Existem mulheres situadas em condições históricas específicas, sujeitas a arranjos de poder que cruzam gênero, raça, classe, sexualidade e território. Reconhecer isso é deslocar o olhar da generalização para a singularidade, compreendendo que o patriarcado, enquanto máquina, não é apenas um dispositivo de dominação, mas um operador ativo da vida, que captura diferenças para transformá-las em desigualdade.

Esquizoanálise, possibilidades de resistência e cartografia clínica

Diante de todo esse percurso que trilhamos ao mapear as forças presentes no patriarcado, é possível encontrar outras maneiras de viver? Vamos seguir e ampliar as pistas trazidas nos tópicos anteriores sobre subjetividade. Como vimos, a subjetividade é um campo de disputas micropolíticas onde há sempre a possibilidade de invenção (Guattari e Rolnik, 1996). Em outras palavras, a resistência pode emergir. Mesmo quando somos produzidos como indivíduos obedientes podemos criar desvios e insubmissões. A subjetividade não é algo dado, uma essência ou um atributo individual; ela emerge em relação a agenciamentos⁷ sociais, políticos, econômicos, estéticos e inconscientes (Deleuze e Guattari, 2010). Se o patriarcado é uma máquina de poder e de produção de subjetividade, forjando modos de pensar, sentir, desejar e viver,

⁷ Agenciamento designa a conexão provisória de elementos heterogêneos (corpos, práticas, discursos, desejos, instituições) que se articulam e produzem efeitos. Não é uma soma de partes, mas uma composição dinâmica que engendra modos de existir e de subjetivar (Deleuze e Guattari, 2011b).

observamos que essa captura não é total: há sempre brechas, linhas de fuga⁸ e forças de invenção.

Dito de outra forma, a captura só existe diante de um excedente de força que ela tenta conter. Assim, o patriarcado produz subjetividades capturando o desejo, na tentativa de organizar, domesticar e explorar esses fluxos. Entendemos, como dissemos anteriormente, o desejo a partir das formulações de Deleuze e Guattari (2010), não como falta, conforme a tradição psicanalista, mas como produção. O desejo é produtivo e coletivo, capaz de fabricar mundos e formas de viver. Não é sobre querer ter algo que falta, mas sobre querer produzir, conectar e criar realidades. O desejo não é apenas individual, está atravessado por redes, contextos e agenciamentos sociais, uma força que se inscreve numa rede coletiva (família, cultura, mídia, patriarcado, Estado, religião, etc). Assim, o desejo também é político, ou seja, pode sustentar tanto a reprodução do poder e desejar a própria servidão quanto a invenção de novas formas de vida.

É nessa aposta que situamos a clínica referenciada na Esquizoanálise. Deleuze e Guattari (2010) usam a imagem dos fluxos para se referir ao desejo, que não é algo que possuímos, mas algo que nos atravessa, como água que escorre, infiltra, transborda. A sociedade (e no caso específico da nossa discussão, o patriarcado) tenta represar, domesticar, canalizar esse fluxo, mas sempre sobra algo que escapa, e essa é a potência do desejo. A cartografia clínica busca mapear essas forças e dispositivos, bem como seus consequentes efeitos no corpo nas dimensões molar e molecular⁹. A partir disso, observamos onde estão as capturas e a resistência correlata, ainda que microscópica. Caso não apareça, criamos possibilidades para tal.

A clínica, dessa forma, não se reduz a um olhar psychologizante e individualizante que visa a adaptação do indivíduo à realidade dada, mas opera como um campo de

⁸ Linhas de fuga referem-se a movimentos de ruptura em relação às capturas sociais, políticas e subjetivas. São fluxos que atravessam os agenciamentos, abrindo brechas para outros modos de existir, resistir e criar (Deleuze e Guattari, 2011c).

⁹ Molar refere-se às forças que nos atravessam no nível dos grandes conjuntos sociais, rígidos e organizados (instituições, identidades fixas, estruturas de poder), e molecular está relacionado às forças difusas, sutis e móveis do desejo, que operam em nível micropolítico e podem modificar os agenciamentos. Ambos coexistem e se atravessam nos processos de subjetivação (Deleuze e Guattari, 2011c).

investigação e intervenção que possibilita mapear as forças e os agenciamentos que o constituem e, sobretudo, abrir linhas de fuga em direção a outras formas de vida. Nesse sentido, quando uma mulher atravessa a clínica carregando as marcas da violência doméstica, seu sofrimento não pode ser compreendido apenas como um trauma individual. Trata-se de uma experiência que remete à maquinaria social mais ampla, que naturaliza a violência de gênero e produz feminilidades subalternizadas. Cabe à clínica, nesse horizonte, assumir sua função crítica: cartografar essas normas, interrogá-las, expor sua artificialidade e desmontar seus efeitos no corpo, no desejo e na linguagem, abrindo espaço para que o fluxo desejante represado siga ou outras direções, produzindo outras realidades. Não devemos esquecer ou desconsiderar, nessa cartografia, a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença (classe, raça, gênero, sexualidade, território), que atravessam e modulam esse sofrimento psíquico (Akotirene, 2019). Para uma mulher negra e periférica, a violência doméstica não se dissocia da violência racial, da precarização do trabalho ou da vulnerabilidade territorial. É função de uma clínica politicamente implicada e decolonial operar interseccionalmente, reconhecendo o entrecruzamento das opressões e, ao mesmo tempo, identificando os pontos de resistência que emergem nesses contextos.

Deslocando o foco da interpretação para a escuta das forças que atravessam o corpo antes mesmo de se tornarem discurso ou representação, podemos entender como elas agem sobre o corpo, e como ou com quem se conectar na tentativa de produções outras (Rolnik, 2006). O mal-estar difuso, a sensação de inadequação, a dor sem nome ou os sintomas silenciosos podem ser compreendidos como modos de expressão de um corpo violentado por normatividades de gênero e por estruturas coloniais e patriarcais. A prática clínica, nesse caso, precisa se tornar um espaço em que essas forças possam emergir sem serem imediatamente capturadas, favorecendo a reinvenção de modos de existir. Em vez de buscar diagnósticos fixos, a cartografia acompanha os processos em sua movimentação, mapeando tanto os dispositivos de silenciamento, culpa e retração do desejo quanto os movimentos de resistência, invenção e reconstrução de si. Não há outra possibilidade além de um posicionamento

ético: acompanhar a mulher em seu percurso de criação de novas possibilidades sem impor protocolos ou trajetórias pré-determinadas.

Considerações finais

As discussões que desenvolvemos ao longo deste artigo mostram como o patriarcado pode ser compreendido enquanto uma máquina de poder e produção de subjetividades, a qual não apenas regula condutas, mas fabrica modos de existir, sentir e desejar. Esse processo se inscreve tanto em dimensões históricas e econômicas quanto em registros simbólicos e afetivos. Ao mesmo tempo, compreendemos que tais capturas não são absolutas. Toda captura abre fissuras por onde emergem linhas de fuga, resistência e invenções.

Nesse percurso, a interseccionalidade se mostra indispensável, posto que nos permite compreender que o patriarcado não atua isoladamente, mas se alimenta do racismo, do capitalismo, da transfobia e de outras formas de opressão. A experiência de ser mulher não é universal, mas atravessada por marcadores de classe, raça, sexualidade, gênero e território, o que demanda uma clínica sensível às singularidades e aos atravessamentos que constituem cada sujeito.

A esquizoanálise nos oferece ferramentas para pensar uma clínica que não se restringe a interpretar sintomas individuais, mas que se ocupa em cartografar forças, dispositivos e agenciamentos que produzem sofrimento e, ao mesmo tempo, potencializam resistências. Trata-se de uma clínica implicada politicamente, que assume a escuta ativa das micropolíticas do desejo, reconhece as capturas do patriarcado e aposta na criação de outras possibilidades de vida.

Concluimos, portanto, que a relevância dessa pesquisa reside em afirmar a clínica psicológica como espaço ético, político e inventivo, capaz de romper com a suposta neutralidade e se aliar à luta contra as violências estruturais. A clínica esquizoanalítica, quando articulada às epistemologias feministas e decoloniais, pode tornar-se território de resistência e invenção, no qual mulheres em situação de violência

não apenas encontrem acolhimento, mas também condições de criar novas linhas de existência. Essa é a potência maior da clínica cartográfica: acompanhar processos vivos, abrir frestas no instituído e afirmar que, mesmo diante das capturas, sempre há espaço para o desejo de reinventar:

- A gente combinamos de não morrer.
- Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel. Vivo implicando com as novelas de minha mãe. Entretanto, eu sei que ela separa e separa com violência os dois mundos. Ela sabe que a verdade da telinha é a da ficção. Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro. Tenho fome, outra fome. Meu leite jorra para o alimento de meu filho e de filhos alheios. Quero contagiar de esperança outras bocas. (Evaristo, 2014, p. 108-109).

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- ANGELOU, Maya. **Maya Angelou - Poesia completa**. Astral Cultural, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, p. 117-133, 2003.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.
- CRENSHAW, Kimberlé. Tradução: mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. In MARTINS, Ana Claudia; VERAS, Elias Ferreira (Orgs). **Corpos em aliança: diálogos interpretativos sobre gênero, raça e sexualidade**. Appris, p. 23-98, 2020.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia - vol. 1**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2011a.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia - vol. 2**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2011b.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia - vol. 3**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2011c.

- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2014
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 11ª edição. São Paulo, Paz & Terra, 2021.
- GONDAR, Jô. A clínica como prática política. **Lugar Comum**, n. 19, p. 125-134, 2004. Disponível em: [Artigo. A clínica como prática política - Baixar pdf de Doceru.com](#). Acesso em 31 ago. 2025.
- GONZALEZ, Léila. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- GONZÁLEZ-SUAREZ, Mirta. Feminismo, academia y cambio social. **Revista Educación**, v. 26, n. 2, p. 169-183, 2002. DOI: <https://doi.org/10.15517/revedu.v26i2.2913>.
- GONZÁLEZ-SUAREZ, Mirta. **Psicología Política**. Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2008.
- GONZÁLEZ-SUAREZ, Mirta. Psicología política y feminismo. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 507-523, dez. 2013. Disponível em: [Psicologia política e feminismo](#). acessos em 31 ago. 2025.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- HUR, Domenico Uhng. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas: Alínea, 2018.

- HUR, Domenico Uhng. Cartografia das intensidades: pesquisa e método em esquizoanálise. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, p. 275-292, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8392>
- HUR, Domenico Uhng. **Esquizoanálise e esquizodrama: clínica e política**. Campinas: Alínea, 2022.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (Orgs). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulinas, 2014.
- PUÃ, Bell. Todas as mulheres. In: DUARTE, Mel (Org). **Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, editora da UFRGS, 2006.
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; SILVA, Bruna Coutinho. Interseccionalidade e a esquizoanálise: conquistas macropolíticas e retrocessos micropolíticos. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, p. e249960, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34249960>
- SANTOS, Ilana Côrtes dos. **Entre quatro paredes: as políticas (in)visíveis que permeiam o dispositivo clínico psicológico privado**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2023.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

Ilana Côrtes dos Santos é psicóloga clínica, mestra em psicologia e pesquisadora na intersecção entre psicologia clínica, política e social.

E-mail: cortesilana@yahoo.com.br

A Clínica Esquizoanalítica como Prática Política: Patriarcado, Gênero e Cartografias do Cuidado

Cadernos do LPPP UFJ, vol. 3, e0318, 2026